

Relatório de Gestão e Contas 2018

Santa Casa da Misericórdia Porto de Mós



“O segredo de um grande sucesso está no trabalho de uma grande equipa.”

MENSAGEM DO PROVEDOR	2
OLHAR O FUTURO	2
CARACTERIZAÇÃO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTO DE MÓS	3
1. Introdução.....	6
2. Enquadramento Económico-social.....	6
A Nível Internacional e Europeu.....	7
A Nível Nacional	11
3. Organograma.....	15
4. Recursos Humanos.....	15
5. Resposta Social Idosos	19
6. Resposta Social Crianças	21
7. Resposta Social Global	24
8. Sumário Financeiro	26
Análise da Atividade e da Posição Financeira.....	26
9. Proposta Aplicação de Resultados.....	31
10. Expectativas Futuras	31
Cenário Macroeconómico.....	31
Cenário Interno.....	35
Evolução previsível da Instituição.....	37
11. Outras Informações.....	38
12. Considerações Finais	38

MENSAGEM DO PROVEDOR

Nos tempos de hoje, a Santa Casa depara-se com uma grande evolução face ao que nos rodeia e que exige de todos nós um grande esforço acompanhado de uma aprendizagem e atualização com o envolvente do meio social e do trabalho desempenhado pela Instituição, apostando na formação dos seus colaboradores para o meio onde nos inserimos e para a constante mudança com que somos confrontados no dia-a-dia.

Esta evolução que tem como foco prioritário os objetivos económicos e que assenta num princípio de competitividade individual que nem sempre é controlável, acarreta profundas desigualdades sociais que originam novos problemas para os quais é necessário conseguirmos dar resposta. Surge, então, a necessidade de abraçar, sem olhar para trás, estes novos desafios e conseguirmos nos aperceber das carências do Homem de hoje, colocando-nos ao lado daqueles que precisam, proporcionando-lhes deste modo um serviço de qualidade fortalecido no amor, dedicação e profissionalismo.

Neste sentido, trabalhámos para que as nossas instalações revelem autênticos ambientes familiares para que os nossos clientes se sintam bem, de coração cheio, primando o seu bem-estar e qualidade de vida.

Nunca é demais realçar que o sucesso da Instituição e a aceitação aos desafios/iniciativas que lhe são propostos, merecem o contributo, dedicação, empenho dos seus colaboradores, utentes das várias respostas sociais e outras demais pessoas que, em muito, têm contribuído para o prestígio desta Instituição, pela sua recomendação e profissionalismo.

OLHAR O FUTURO

O futuro desafia-nos.

A Instituição já conta com muitos sonhos concretizados, mas continua a procurar proporcionar aos seus utentes e colaboradores uma maior qualidade.

Sempre na procura de novas ideias e projetos, ambiciona que a qualidade dos seus serviços e todo o seu mérito e apreço com que o desempenha na promoção destes, continue a ser a marca da Instituição e de quem a procura.

Numa altura em que os recursos financeiros são cada vez menores, é importante pensar na sustentabilidade e nos caminhos a traçar de forma a garantirmos a sobrevivência destas Instituições que caracterizam o setor social.

É importante estar atento à realidade das organizações e à resposta das suas necessidades, só assim poderemos ir de encontro ao que os nossos clientes procuram e dar a melhor resposta e o melhor serviço sempre primando pela qualidade e exigência no trabalho desempenhado. É esta a nossa principal missão, sermos mais ativos e pró-ativos na sociedade e em tudo o que esta exige e espera de nós.

A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós tem um passado que a enobrece e nos orgulha a todos os que nela trabalham e a todos aqueles que usufruem dos seus serviços, um presente estruturado num sentido de missão, de valores e de responsabilidade e o futuro dependerá sempre do que fizermos para vencer no dia-a-dia, cada dia é uma nova descoberta, é um abraçar de um novo desafio.

CARACTERIZAÇÃO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTO DE MÓS

Missão

De acordo com o Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, a atividade da Instituição tem por finalidade a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios de humanismo e da doutrina e moral cristãs.

Para realização dos seus objetivos, a Instituição propõe-se manter em funcionamento as respostas sociais de Creche, Pré-Escolar, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, ERPI, Fisioterapia, Unidade Cuidados Continuados e predispõe-se à criação de novos serviços de interesse para a Instituição.

Valores

Os valores da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós constituem as crenças que servem de guia e critério para os comportamentos, atitudes e decisões de todos os colaboradores, que no exercício das suas responsabilidades, e na busca dos seus objetivos, estejam executando a missão, na direção da visão.

A Missão da Santa Casa da Misericórdia Porto de Mós está suportada nas 14 obras (Espirituais e Materiais) da Misericórdia e pelos seguintes Valores:

Humanização de cuidados – Fomentar relações de proximidade com empatia e assertividade, respeitando a individualidade e dignidade do outro.

Respeito – Representa a inviolabilidade da integridade física, psicológica e moral, abrangendo os direitos humanos, nomeadamente a igualdade, a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores individuais, das ideias próprias, das escolhas pessoais, crenças e dos espaços e objetos pessoais.

Confidencialidade – Afirma-se pela proteção de factos e informações relativas aos clientes para que sejam sigilosamente guardadas, que não sejam reveladas sem o seu consentimento esclarecido (salvo quando se trata de proteger alguém de dano – suicídio, homicídio).

Cooperação – Materializa-se em todas as atividades expressando o caráter da Organização assente na solidariedade e interajuda entre todos os intervenientes.

Lealdade – Caracteriza-se por respeitar as hierarquias, agir com sinceridade e honestidade para com todos os intervenientes, conferindo credibilidade à Organização.

Transparência – Pautar os comportamentos e serviços de rigor e clareza, consolidando a credibilidade da Instituição.

Profissionalismo – Trata-se de dedicar o maior empenho e disciplina no cumprimento das tarefas que estão confiadas, em todos os momentos da sua atividade, procurando atualizar e aperfeiçoar continuamente as suas competências profissionais, como condição do sucesso pessoal e da organização.

Integridade – Abster-se de receber de terceiros qualquer espécie de pagamentos ou favores susceptíveis de criarem, a quem os presta, expectativas de favorecimento nas suas relações com a Instituição.

Solidariedade e Responsabilidade Social – É a disponibilidade para o outro de forma a promover a dignidade humana, através de ações de proximidade e a integração de preocupações sociais no quotidiano da Organização e na interligação com todas as partes interessadas contribuindo para uma sociedade mais justa.

Multidisciplinariedade e Interdisciplinaridade – Promoção do trabalho de equipa e de interajuda, através da articulação das diferentes áreas de conhecimentos.



Órgãos Sociais

Em 31 de Dezembro de 2018

Mesa da Assembleia Geral

Dr. Nuno José Gonçalves Moreira da Silva – Presidente

Lúcia Maria Bento Venda Morgado – Vice-Presidente

Dra. Alcina Maria Filipe Rosa – Secretária

Mesa e Provedor

Paulo Manuel Ribeiro Carreira – Provedor

Eduardo Manuel Ferreira Amaral – Vice-Provedor

Nuno Joaquim Matos Ferreira – Tesoureiro

Ana Maria Alves Sousa – Secretário

Ana Paula Cordeiro Pires Sousa Mendes – Vogal

Fernando Manuel Marques Amado – Vogal

Rui Fernando Correia Marto – Vogal

Conselho Fiscal

José Rosa Ribeiro – Presidente

José Carlos Fiel Amado Miguel – Vice-Presidente

Eduardo Manuel Matias Cunha - Secretário

Dra. Raquel Rosa Carvalho Clemente – ROC nº 1234

1. Introdução

A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mos, com sede social em Rua Francisco Serra Frazão, tem como Atividade Principal Apoio Social para Pessoas Idosas com Alojamento. O presente Relatório de Gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2018.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2. Enquadramento Económico-social

Após uma aceleração da atividade mundial em 2017 e de acordo com a generalidade dos analistas, durante 2018 continuou a registar-se uma expansão sólida da economia mundial apesar de se notar um certo nível de abrandamento. Devido essencialmente ao aumento dos custos comerciais e ao desfavorecimento das condições financeiras em algumas partes do mundo, o declínio do crescimento económico em muitas das grandes economias antecipou-se ao que era previsto.

Desde a última crise económica, várias medidas conseguiram melhorar a estabilidade financeira, tanto a nível global como ao nível de cada país, mas o trabalho permanece incompleto em muitos aspetos. Devido à materialização de alguns riscos, como o aumento do protecionismo comercial, e também de uma perspetiva económica mais fraca em algumas das principais economias emergentes, registou-se uma maior disparidade nas taxas de crescimento entre os diferentes países.

Num contexto de elevada incerteza política, uma intensificação das tensões comerciais pode abalar os sentimentos dos mercados comerciais e financeiros, bem como estimular a sua volatilidade, diminuindo o investimento e o comércio. No mesmo sentido, um aumento das barreiras comerciais trará necessariamente ruturas nas cadeias de

fornecimento globais, que se tornaram uma parte integrante do processo produtivo nas últimas décadas, bem como atrasar a expansão de novas tecnologias, levando à redução da produtividade e bem-estar globais.

Ainda assim, as condições dos mercados financeiros e de trabalho continuaram favoráveis, bem como os elevados níveis de confiança dos agentes económicos das principais economias avançadas.

A Nível Internacional e Europeu

Ao longo do primeiro semestre de 2018, o crescimento do PIB mundial manteve-se robusto, mas notou-se alguma disparidade na evolução da atividade entre as diversas economias, tendo-se verificado um abrandamento do crescimento na área do euro, no Reino Unido e no Japão, e o oposto nos Estados Unidos. Segundo dados do Banco de Portugal, nos Estados Unidos registou-se um aumento em termos homólogos de 2,7% do PIB, ficando acima do ritmo de crescimento registado ao longo de 2017, o que reflete a manutenção do crescimento do consumo privado e das condições monetárias e financeiras favoráveis, bem como da aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e das exportações, não esquecendo a melhoria continuada da situação no mercado de trabalho. Para a área do euro, como já referido, a atividade económica registou um abrandamento face ao crescimento forte registado em 2017, ainda assim mantendo um crescimento robusto (2,3% em termos homólogos, face a 2,8% no segundo semestre de 2017). No Reino Unido, o PIB aumentou 1,2% em termos homólogos, mas ficou abaixo do crescimento registado no segundo semestre de 2017 (1,5%). Em termos anuais, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um crescimento do PIB mundial de 3,7%. A expansão da atividade foi acompanhada de um aumento moderado da inflação total, impulsionada pelo aumento dos preços de energia nos primeiros seis meses do ano, com comportamentos diferenciados entre as maiores economias. Nas economias avançadas, a inflação core (excluindo produtos alimentares e energéticos) continuou abaixo dos objetivos dos bancos centrais. Na área do euro, para a primeira metade de 2018 a inflação aumentou face ao final de 2017, depois de alguma irregularidade nos primeiros meses do ano. Já nas economias emergentes, excluindo a hiperinflação da Venezuela, a inflação core permaneceu abaixo da média dos últimos anos.

Segundo dados do FMI, a taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) excluindo bens alimentares e energéticos situou-se em torno dos 1,0% durante o primeiro semestre de 2018, superando os níveis particularmente baixos registados em 2014 e 2015. Para o conjunto do ano, prevê-se um aumento da inflação, tanto nas economias avançadas - onde se prevê uma taxa de 2,0%, comparando com 1,7% no ano anterior - como nas emergentes e em desenvolvimento (excluindo a Venezuela) - de 4,3% para 5,0% -, refletindo os recentes aumentos nos preços dos bens. Para a área do euro, o BCE prevê que a inflação homóloga medida pelo IHPC se situe nos 1,8% em 2018.

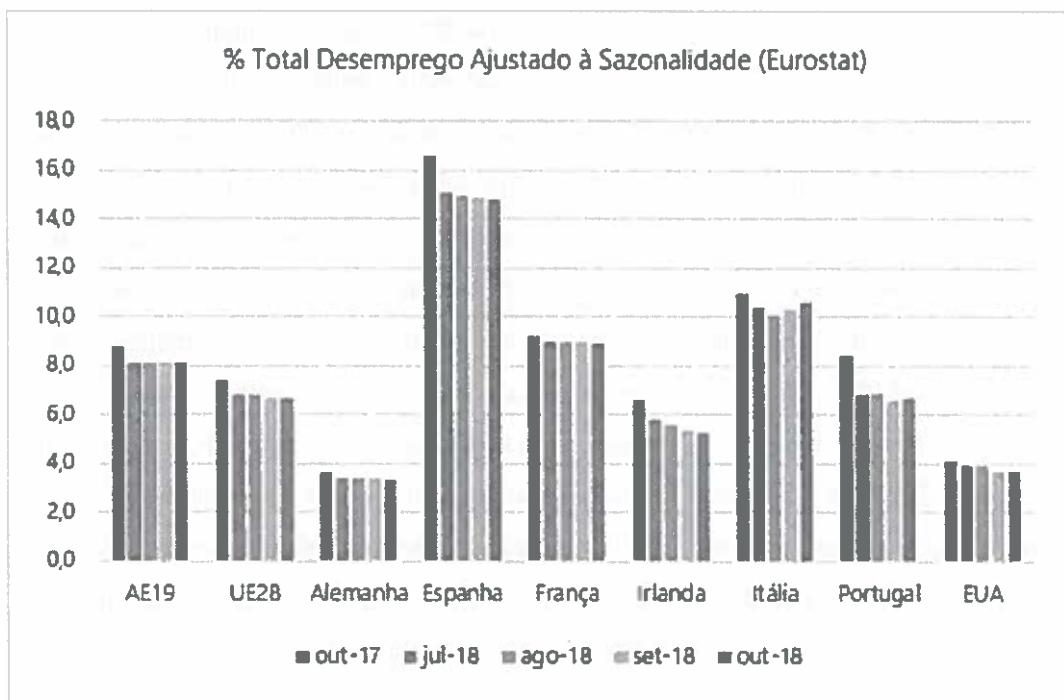
Em relação às transações económicas, num contexto de desaceleração da atividade global e de tensões comerciais associadas a anúncios de políticas protecionistas, a taxa de crescimento do comércio mundial de bens desacelerou para os 4,4% no primeiro semestre de 2018, comparando com os 5,2% registados no segundo semestre de 2017, ainda assim continuando num ritmo de crescimento sólido. Quanto às importações, verificou-se também um abrandamento nas economias avançadas.

Na Europa, tanto as exportações como as importações desaceleraram na área do euro e no Reino Unido. Ainda assim, para a área do euro registou-se um crescimento do consumo privado ao longo do primeiro semestre de 2018, apesar de ligeiramente inferior ao verificado em 2017, continuando a ser suportado pelas condições financeiras favoráveis e pela melhoria do mercado de trabalho. Já no Reino Unido, ficou ligeiramente abaixo do registado em 2017, situando-se nos 1,1%. No mesmo período, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) registou um crescimento de 2,4% na área do euro, em termos homólogos, representando, ainda assim, uma desaceleração face aos 2,9% registados no segundo semestre de 2017. Também a procura interna manteve um crescimento robusto, em particular a FBCF. Quanto à procura externa, o BCE prevê que esta se situe nos 4,3% em 2018. No Reino Unido, verificou-se um abrandamento notório da FBCF no primeiro semestre de 2018, de 3,3% para 1,1%, em grande parte devido aos elevados níveis de incerteza dos investidores empresariais, no seguimento das dificuldades ao nível das negociações referentes à saída da União Europeia. Em relação às administrações públicas, o BCE estima que o défice orçamental da área do euro tenha diminuído significativamente em 2018, espelhando as condições cíclicas favoráveis e a descida dos pagamentos de juros.

Em relação às economias emergentes, continuou a registar-se uma expansão económica idêntica à de 2017, apesar da taxa de crescimento ter sido mais diversificada entre as

maiores economias, tendo-se registado um crescimento forte na China e na Índia, mas uma desaceleração no Brasil e na Turquia, tendo o aumento do preço do petróleo impulsionado o crescimento nas economias exportadoras de petróleo na África Subsariana e no Médio Oriente.

Quanto ao emprego, na área do euro continuou a registar-se um aumento, tendo-se situado cerca de 2,0% acima do nível mais alto atingido antes da crise, segundo dados do Banco de Portugal. O número de cidadãos empregados aumentou 0,3% no último trimestre de 2018, segundo dados do Eurostat, o que representa um aumento de 1,2% em termos homólogos. Quanto à taxa de desemprego, segundo dados do BCE, no terceiro trimestre de 2018 verificou-se uma descida para os 8,1%, atingindo o nível mais baixo observado desde finais de 2008. Apesar destes resultados, alguns países da área do euro ainda apresentam uma taxa de desemprego elevada, em alguns casos acima dos valores registados há dez anos. Nos Estados Unidos registaram-se as taxas de desemprego mais baixas desde 2000, verificando-se um aumento salarial mais moderado do que em 2017, refletindo, em parte, os níveis mais baixos de produtividade devidos às tensões comerciais, nomeadamente com a China.



Quanto ao petróleo, este apresentou alguma volatilidade ao longo de 2018, tendo o preço do Brent, nos primeiros nove meses do ano, apresentado uma tendência ascendente,

atingindo cerca de 86 USD/barril, resultante do prolongamento dos cortes na produção acordados entre os países da OPEP, do colapso da produção na Venezuela e das expectativas de redução das exportações do Irão. Por outro lado, a reunião dos países produtores de petróleo que teve lugar no final de junho fez alterar esta trajetória, tendo sido acordado o aumento da produção de petróleo, o que levou a uma baixa do preço do barril para 71 dólares. Nos últimos meses do ano, verificou-se um significativo crescimento da produção nos EUA, o que levou a uma queda de mais de 20% no preço do petróleo durante o mês de outubro, situando-se perto dos 67 USD/barril, um valor mais próximo dos registados no início do ano.

Em relação aos mercados financeiros, ao longo do primeiro semestre de 2018 registaram-se diversos picos de volatilidade, relacionados com a aplicação de medidas protecionistas dos EUA, bem como à instabilidade política em alguns países da área do euro. Quanto aos principais índices acionistas, registaram-se valores muito diferenciados desde finais de 2017, destacando-se a valorização do índice norte-americano e o desempenho muito negativo do índice chinês, sendo que na área do euro e no Japão também se notou uma queda, apesar de mais contida.

No mercado obrigacionista, as condições nos mercados de obrigações soberanas permaneceram estáveis no último trimestre de 2018, à exceção do mercado italiano, devido à incerteza política envolta nesse país. Quanto às taxas de juro da dívida pública, observou-se uma subida nos EUA e no Reino Unido, sendo que na área do euro registou-se uma maior volatilidade. As yields a longo prazo e os spreads soberanos cresceram genericamente, tendo, em meados de setembro, a yield a 10 anos do Tesouro dos EUA subido para cerca de 3,0%, enquanto que as yields alemãs desceram para 0,45%, e as do Reino Unido permanecido nos 1,5%, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

No mercado cambial, no primeiro semestre de 2018, registou-se uma tendência de apreciação das moedas das economias avançadas, especialmente do dólar norte-americano – que desde fevereiro tem-se fortalecido em 6,5% em termos efetivos, segundo dados do FMI -, e de depreciação das moedas das economias emergentes, excluindo a China, pelo menos até ao final de junho onde, devido às tensões comerciais com os EUA, começou a registar-se uma depreciação da moeda chinesa. Em relação ao euro, nos últimos meses verificou-se um enfraquecimento de cerca de 1% em termos nominais, registando uma depreciação de 1,7% no último trimestre de 2018, devido à depreciação contra o yen japonês e da libra, tendo-se também registado uma depreciação face ao

renminbi da China (1,7%), ao real do Brasil (15,5%) e ao rublo da Rússia (5,3%), segundo dados da Comissão Europeia e do BCE. Ainda assim, desde novembro que o euro conseguiu manter-se estável em relação ao dólar americano.

Assim, e tendo por base dados do BCE, a cotação EUR/USD no início de 2018 situava-se nos 1,2065, tendo apresentado um perfil ascendente até meados de abril, registando-se de seguida uma queda até meados de agosto, onde chegou a atingir os 1,137, começando depois a apresentar uma maior volatilidade até ao final do ano, tendo fechado com 1,145. O perfil foi idêntico quanto à cotação EUR/CHF, mas com uma maior volatilidade, tendo começado nos 1,1718, atingindo o valor máximo de 1,1986 no final de abril e o valor mínimo de 1,1275 em setembro, terminando o ano nos 1,1269. Quanto à libra esterlina, verificou-se uma elevada volatilidade ao longo do ano, apesar das taxas cambiais iniciais e finais face ao EUR não terem praticamente sofrido alteração (0,88953 e 0,89453, respetivamente). Em relação ao iene, verificou-se uma trajetória descendente ao longo do ano, tendo começando em 135,35 e terminando com 125,85.

A Nível Nacional

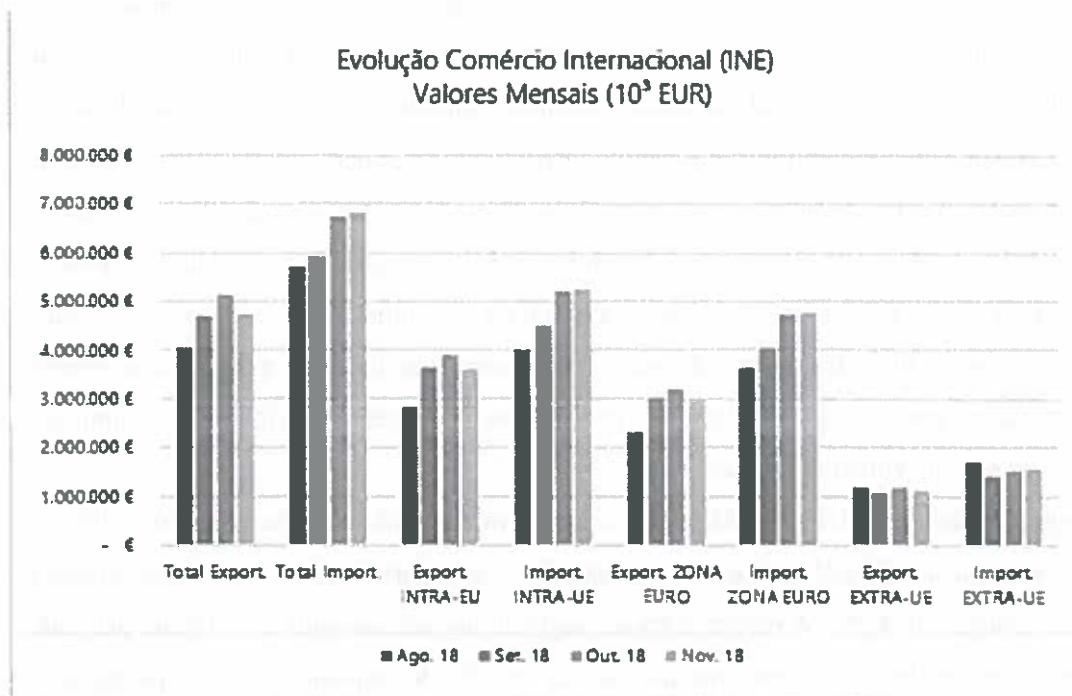
Os mais recentes dados disponibilizados pelo Banco de Portugal apontam para uma continuação da expansão económica em 2018, embora a um ritmo mais moderado e inferior ao observado em 2017, influenciado por uma procura externa menos dinâmica, notando-se, contudo, um enquadramento externo favorável à economia portuguesa. Durante o primeiro semestre de 2018, registou-se um crescimento do PIB de 2,3% em termos homólogos, 0,2% abaixo do registado no segundo semestre de 2017. Para o conjunto do ano, as projeções do Banco de Portugal encontram-se alinhadas com as da Comissão Europeia, prevendo um crescimento do PIB de 2,1%.

Este ritmo mais moderado de crescimento da atividade económica influenciou as exportações e a FBCF, que desaceleraram no primeiro semestre de 2018. Esta última reduziu para 4,0% no primeiro semestre de 2018, em comparação com os 7,7% registados no segundo semestre de 2017, em grande parte devido ao segmento da construção, com o crescimento muito forte do investimento em obras públicas verificado em 2017. Em relação às exportações, cresceram 6,0% no mesmo período, após um aumento de 6,7% no segundo semestre de 2017. Este menor crescimento resulta da conjugação de uma ligeira aceleração do crescimento das exportações de bens, em particular no setor automóvel, com uma desaceleração das exportações de serviços, principalmente no

tocante ao turismo, tendo os exportadores portugueses de bens e serviços continuado a ganhar quota nos mercados externos, apesar do ganho ter sido inferior ao verificado no ano de 2017. Quanto às importações, verificou-se uma desaceleração, passando de um crescimento de 7,9% no segundo semestre de 2017 para 6,4% no primeiro semestre de 2018, tanto na componente de bens como de serviços, apesar de mais acentuada no segundo caso.

A evolução das exportações portuguesas encontra-se em linha com a desaceleração da procura externa, que cresceu apenas 3,4% em termos homólogos no primeiro semestre de 2018, abaixo dos 4,9% registados na segunda metade de 2017, refletindo o abrandamento das importações intra-área do euro. Por outro lado, registou-se uma ligeira aceleração do consumo privado tendo, no mesmo período, crescido 2,5% em termos homólogos, refletindo o crescimento do rendimento disponível real das famílias e os níveis historicamente elevados da confiança dos consumidores.

No primeiro semestre de 2018, o VAB registou um crescimento em termos reais de 1,8% face ao período homólogo que, tal como em anos anteriores, foi inferior ao crescimento do PIB, refletindo o abrandamento do crescimento dos impostos líquidos de subsídios. Em relação à inflação, a taxa média foi de 1,2% em 2018, segundo dados da Comissão Europeia, mostrando alguma volatilidade ao longo do ano, representando uma diminuição de 0,5% em relação a 2017, associada sobretudo ao comportamento dos preços dos serviços.



Em relação à balança corrente de capital, segundo o Banco de Portugal, a mesma registou um défice de 1,7% do PIB, superior em 0,8% em relação ao período homólogo, essencialmente devido ao aumento do défice da balança de bens – de 5,8% do PIB no primeiro semestre de 2017 para 6,7% no primeiro semestre de 2018, refletindo o crescimento em volume mais forte das importações do que das exportações – e da balança de rendimento primário, cujo défice aumentou 0,4% nos mesmos períodos, situando-se nos 3,7%. De frisar também, em sentido oposto, o aumento do excedente da balança de serviços, também em 0,4%, ficando em 6,7% do PIB.

Em termos da balança financeira, Portugal continuou a ser recetor líquido de fundos, tal como ocorreu no primeiro semestre de 2017. No primeiro semestre de 2018, esta balança ficou caracterizada por uma alteração do perfil dos setores institucionais que investiram e se financiaram no exterior, sendo que as sociedades não financeiras reduziram o seu financiamento externo, enquanto que as administrações públicas obtiveram um financiamento externo marginalmente positivo. A estabilidade das condições de financiamento dos bancos tem sido acompanhada de uma aceleração do crédito bancário, num quadro em que as taxas de juro estão em níveis historicamente baixos. A capacidade de financiamento da economia portuguesa foi de 0,7% do PIB no primeiro semestre de 2018, registando uma diminuição de 0,4% face a 2017, refletindo o aumento do investimento e a redução da poupança em rácio do PIB. Ainda assim, o endividamento da economia portuguesa face ao exterior mantém-se em níveis muito elevados, tanto em termos históricos como em comparação a outros países da área do euro. Em novembro, a dívida pública voltou a registar um novo máximo histórico, superando já os 251 mil milhões de euros. Apesar do aumento nominal, continuou a registar-se uma dinâmica descendente da dívida pública em rácio do PIB, tendo-se situado nos 124,9% no final do primeiro semestre de 2018, o que representa uma quase estabilização face ao final de 2017 (124,8%), devido à conjugação de um excedente primário com uma taxa de juro do stock da dívida inferior ao crescimento nominal da economia, ainda assim permanecendo uma das mais elevadas da área do euro. Esta é uma área fundamental para a economia portuguesa, uma vez que os elevados níveis de endividamento continuam a ser uma das suas principais vulnerabilidades.

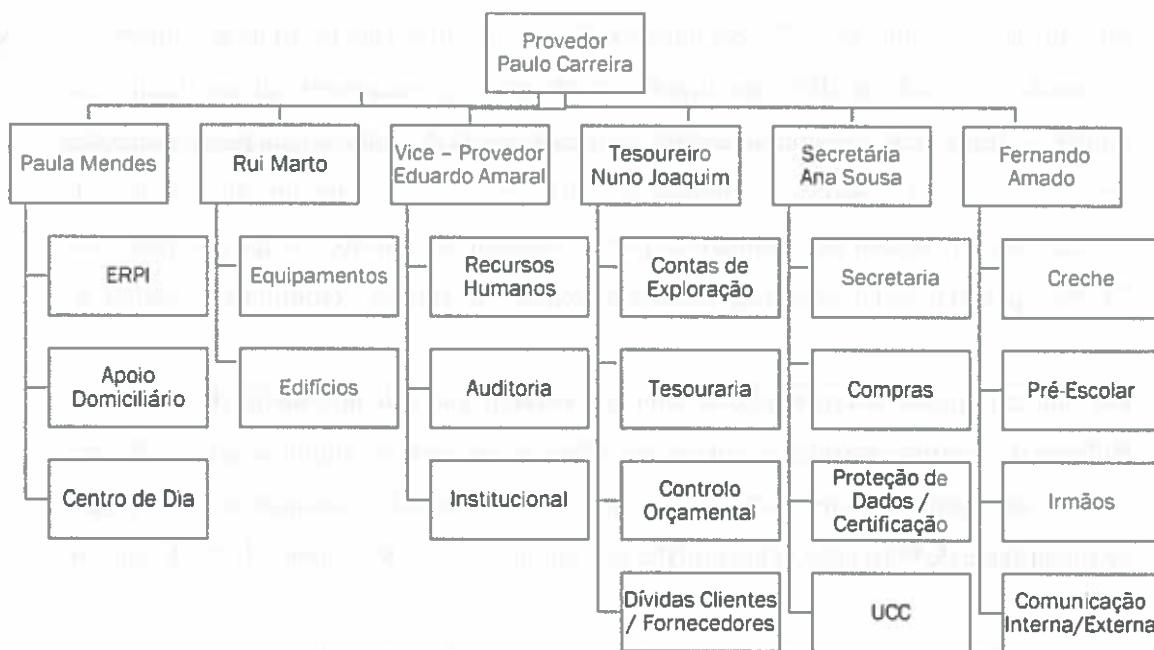
Segundo dados do INE, o défice das administrações públicas situou-se em 1,9% na primeira metade de 2018 o que, em comparação com o período homólogo, corresponde a uma redução de 4,2%. A receita corrente registou um crescimento de 3,1% no primeiro semestre, resultado do forte crescimento da receita de impostos sobre a produção e

importação e das contribuições sociais efetivas, que mais do que compensaram a queda registada na coleta dos impostos sobre o rendimento e o património - tendo registado uma diminuição homóloga de 1,5%, em parte explicada pelo diferente perfil de pagamento de reembolsos em sede de IRS e do diferimento do prazo do pagamento da autoliquidação do IRC -, destacando o aumento de 4,0% da receita de IVA, influenciada pelas alterações na cobrança do IVA sobre as importações extra-UE. Já o crescimento das rubricas de capital, ficaram aquém das estimativas para o conjunto do ano (6,3% que compara com 28,7%), podendo estar associado a uma execução de fundos comunitários abaixo do previsto.

Por fim, em relação aos mercados de dívida soberana, a taxa de juro média dos leilões de Bilhetes do Tesouro, no que respeita às emissões de curto prazo, situou-se em -0,35% em 2018, o que compara com os -0,25% de 2017. Já nas taxas de colocação a longo prazo, na maturidade de 9-10 anos, a taxa média dos leilões foi de 1,8%, menos 1,2% do que em 2017.

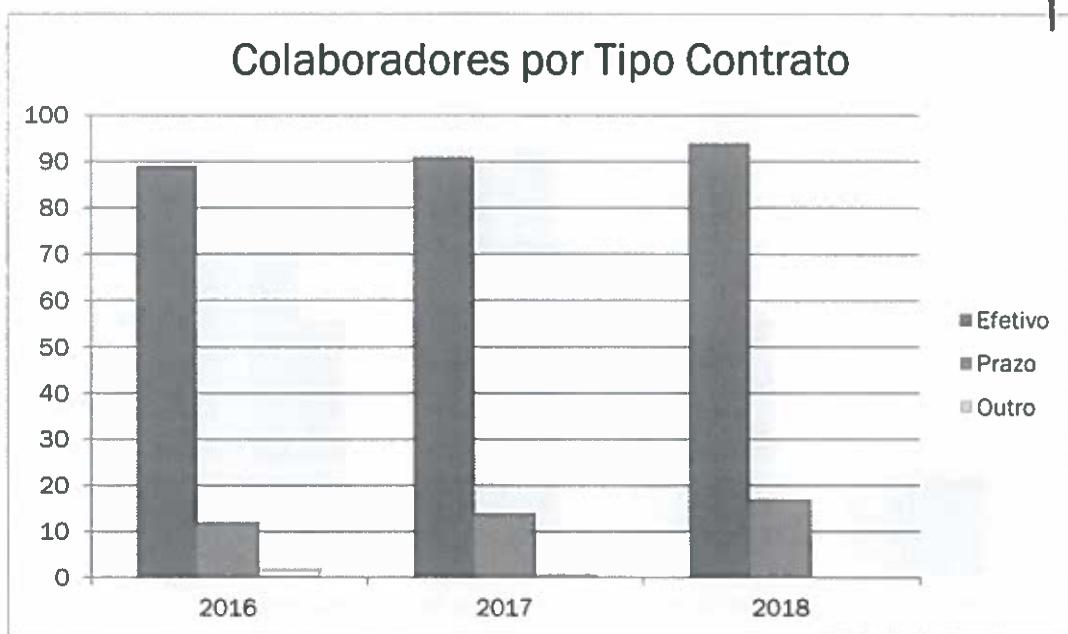
Quanto ao mercado de trabalho, a recuperação da atividade produtiva contribuiu para a sua melhoria, registando-se um crescimento robusto do emprego e uma queda acentuada da taxa de desemprego. Em relação ao primeiro, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, registou-se um crescimento de 2,8% em termos homólogos no primeiro semestre de 2018, ainda assim traduzindo uma desaceleração de 0,5% face ao segundo semestre de 2017. Apesar desta desaceleração, continuou a exceder o crescimento da atividade. Quanto à taxa de desemprego, situou-se nos 7,0% em 2018, tendo diminuído 1,9% relativamente a 2017, tendo-se registado no segundo trimestre de 2018 o valor mais baixo desde o segundo trimestre de 2004. Já o número de desempregados, em 2018 diminuiu 20,9% em relação ao ano anterior, o que poderá contribuir para um maior crescimento dos salários. Contudo, devido ao cenário de evolução demográfica adversa, com uma tendência de redução da população residente e respetivo envelhecimento, o crescimento da população ativa tem abrandado, tendo-se registado em 2018, em termos de média anual, um aumento de apenas 0,3% face a 2017, o que compara com um crescimento de 0,8% no conjunto deste último.

3. Organograma



4. Recursos Humanos

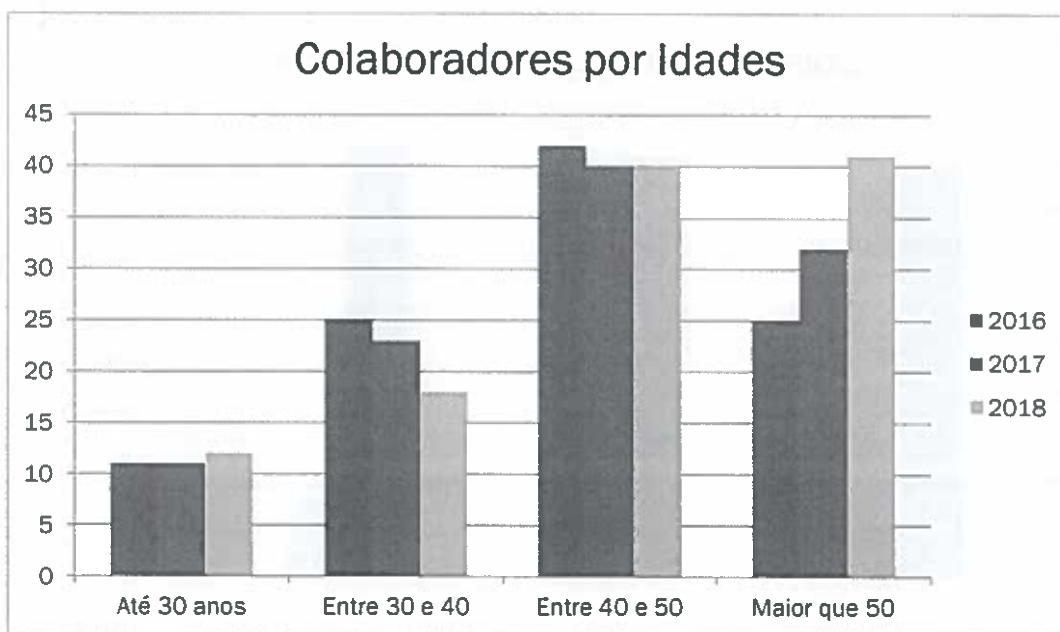
Colaboradores (Tipo Contrato)	2016	2017	2018	Variação 2016/2018
Contrato Efectivo	89	91	94	6%
Contrato a Prazo	12	14	17	42%
Outros (CEI)	2	1	0	-1%
Total	103	106	111	



Através da análise do Gráfico relativo ao número de colaboradores por tipo de contrato podemos concluir que a nível do tipo de Contrato Efetivo têm tido uma ligeira subida ao longo dos últimos três anos, atingindo o seu maior valor em 2018, sendo o mesmo de 94 colaboradores, o que demonstra que a Instituição tem apostado na admissão de novos colaboradores de forma a puder garantir um melhor serviço aos seus clientes.

Quanto aos contratos do tipo a prazo, podemos analisar que de 2016 para 2018 houve um ligeiro aumento, justificado por novas admissões, pretendemos acima de tudo prestar os nossos serviços com a máxima qualidade, de forma a proporcionar aos nossos clientes uma melhor qualidade de vida e podermos dar uma melhor resposta a quem procura a Instituição.

Colaboradores (por Idades)	2016	2017	2018	Variação 2016/2018
<i>Até 30 Anos</i>	11	11	12	9%
<i>>30=<40 Anos</i>	25	23	18	-28%
<i>>40=<50 Anos</i>	42	40	40	-5%
<i>>50 Anos</i>	25	32	41	64%



Através do gráfico de barras representado na figura acima, podemos concluir que a maioria dos colaboradores da Instituição quer no ano de 2016, 2017 ou 2018 têm entre 40 e 50 anos. Contudo, no ano de 2018, a maioria dos colaboradores da Instituição têm mais de 50 anos.

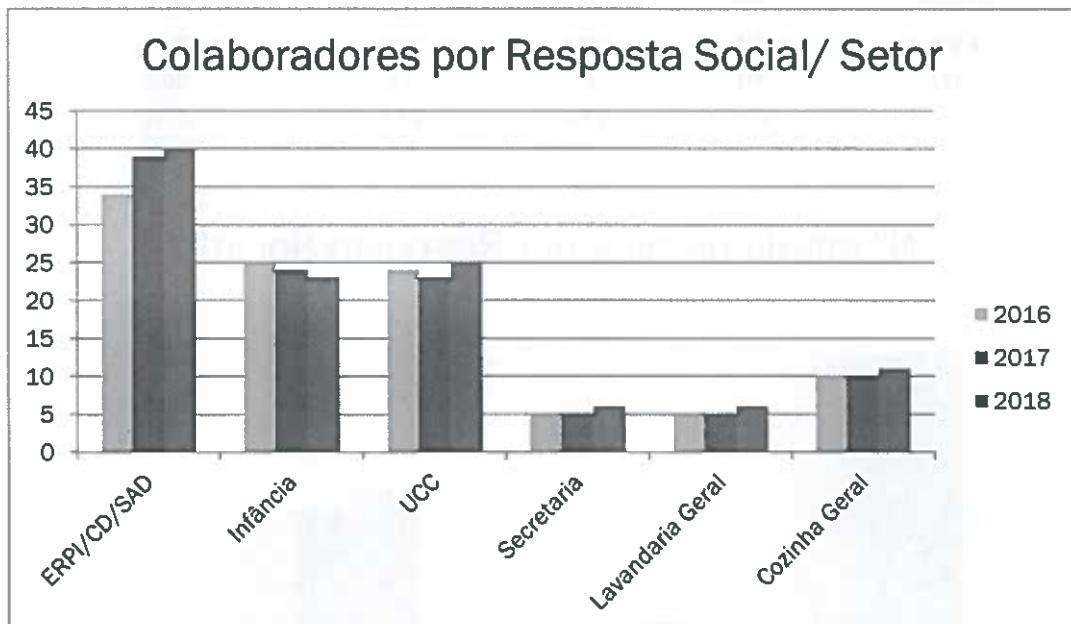
De notar que de 2016 para 2017, os colaboradores da Instituição até 30 anos de idade manteve-se sendo que em 2018 aumentou ligeiramente, o que significa que a nossa Instituição apostou na formação de Jovens com iniciativas inovadoras e proporciona-lhes uma abertura no mundo do trabalho, valorizando as suas competências demonstradas no desempenho das suas tarefas diárias. De 2016 a 2017 têm vindo a diminuir os colaboradores com idades compreendidas entre os 30 e os 40 anos, notando-se o contrário nos colaboradores com mais de 50 anos que desde 2016 têm aumentado gradualmente, sendo o maior aumento de 2017 para 2018.

Colaboradores (por Resposta Social/Setor)	2016	2017	2018	Variação 2016/2018
<i>ERPI/GD/SAD</i>	34	39	40	18%
<i>Infância</i>	25	24	23	-8%
<i>UCC</i>	24	23	25	4%
<i>Secretaria</i>	5	5	6	20%
<i>Lavandaria Geral</i>	5	5	6	20%
<i>Cozinha Geral</i>	10	10	11	10%
Total	103	106	111	

[Handwritten signatures]

Ao nível dos setores da Secretaria Geral, Lavandaria, Cozinha Geral, de 2016 para 2017 mantiveram-se constantes, apesar de ter existido algumas saídas e entradas durante o ano mas em 2018 os 3 setores mencionados registaram um ligeiro aumento. Este facto deve-se ao aumento dos clientes e o objetivo de querermos remar face à prestação de um serviço de qualidade e excelência.

No setor da Infância, este tem diminuído gradualmente, o que não tem afetado o nosso desempenho que continua a ser de louvar na educação dos nossos jovens e preparação para a integração no ambiente escolar.



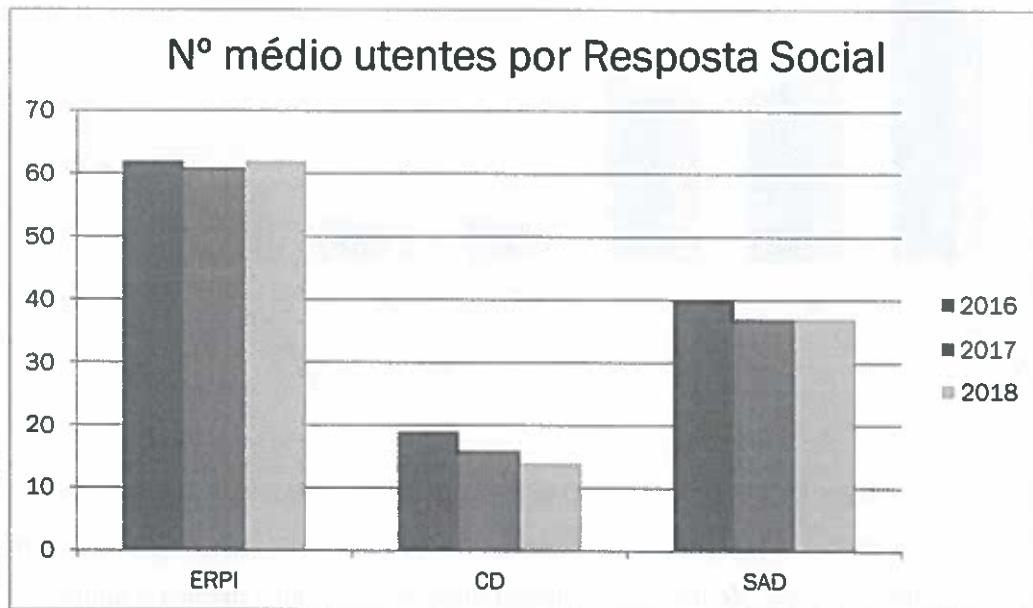
Nas respostas sociais ERPI, SAD e CD, o número de colaboradores de 2016 para 2018 registou um aumento significativo justificado na sua maioria por se encontrarem funcionárias de baixa quer de licença de maternidade quer de baixa médica e também a admissão de colaboradores para pudermos desta forma dar uma resposta mais eficaz e eficiente na prestação dos cuidados de saúde aos nossos clientes.

Na resposta social UCC apesar de ter decrescido no ano de 2017 face a 2016, em 2018 registou novamente um aumento com novas admissões de pessoal, de forma a mantermos o valoroso trabalho desta Unidade de referência no Concelho de Porto de Mós.

5. Resposta Social Idosos

Na análise ao grupo de idosos, iremos analisar as respostas sociais ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas), CD (Centro de Dia) e SAD (Serviço Apoio Domiciliário).

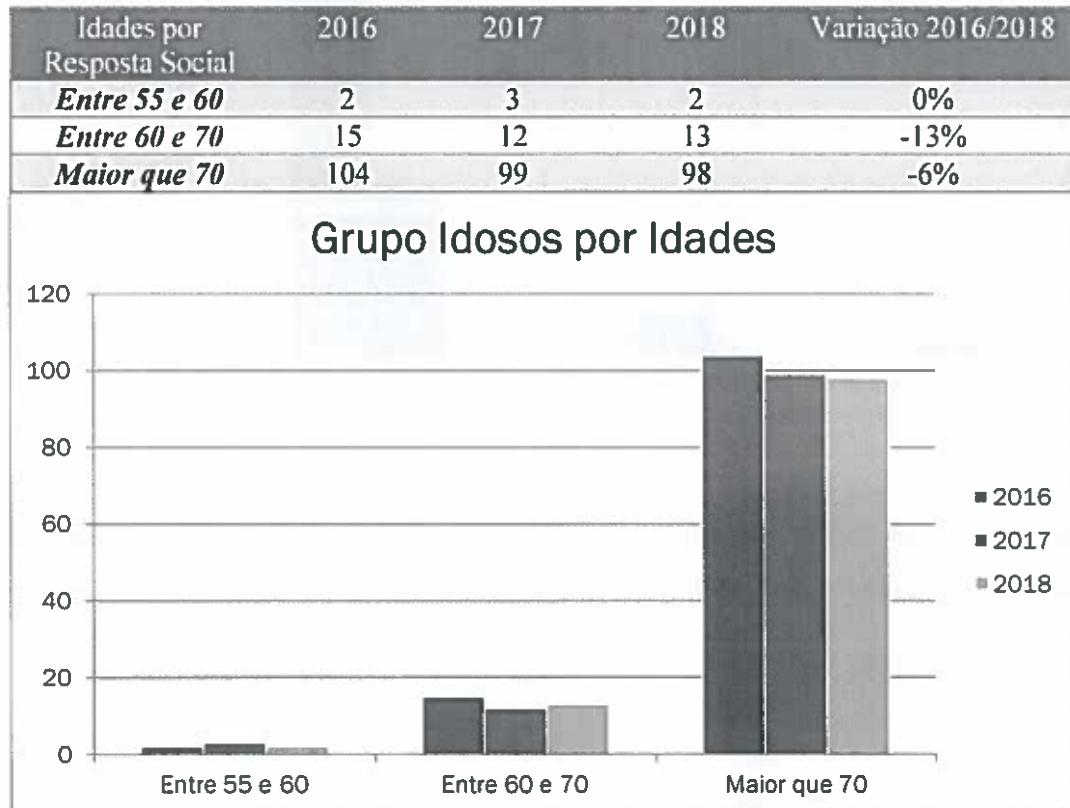
Resposta Social (nº médio utentes)	2016	2017	2018	Variação 2016/2018
ERPI	62	61	62	0%
CD	19	16	14	-26%
SAD	40	37	37	-8%
Total	121	114	113	-7%



Na análise ao número de utentes das respostas sociais ERPI, SAD e Centro de Dia, verifica-se um decréscimo global face a 2016 de 7%.

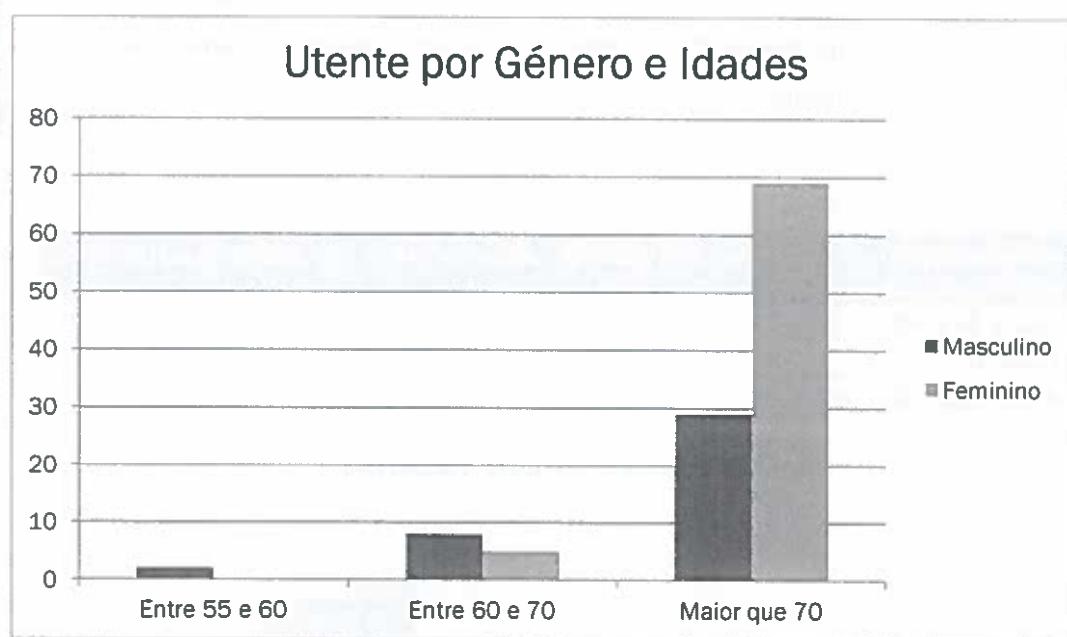
Com variações negativas, aparece a resposta social SAD com menos 8% e CD com menos 26%. Este decréscimo mais acentuado no SAD, é explicado pela movimentação existente entre a resposta e a Unidade de Cuidados Continuados, sendo que em alguns casos da resposta social CD sucedeu o mesmo e muitos também foram admitidos na Resposta Social ERPI. Na resposta social SAD, temos acordo da Segurança Social para 49 utentes e capacidade para 56, desde 2016 que não temos a capacidade totalmente preenchida. Em relação à resposta social CD, temos acordo da Segurança Social para 10 utentes e capacidade para 30.

Na resposta social ERPI, temos acordo da Segurança Social para 56 utentes e capacidade para 62. Apesar de pequenas oscilações entre os anos, esta resposta social tem tido a sua capacidade sempre ocupada.



Numa análise à faixa etária nas respostas sociais ERPI, SAD e CD, pode-se constatar através dos dados que temos, que a população abrangida está cada vez mais envelhecida pois se repararmos na tabela, pessoas com idade maior do que 70 são aquelas que tem uma maior predominância face às restantes.

Utentes por Género em 2017	Masculino	Feminino
Entre 55 e 60	2	0
Entre 60 e 70	8	5
Maior que 70	29	69

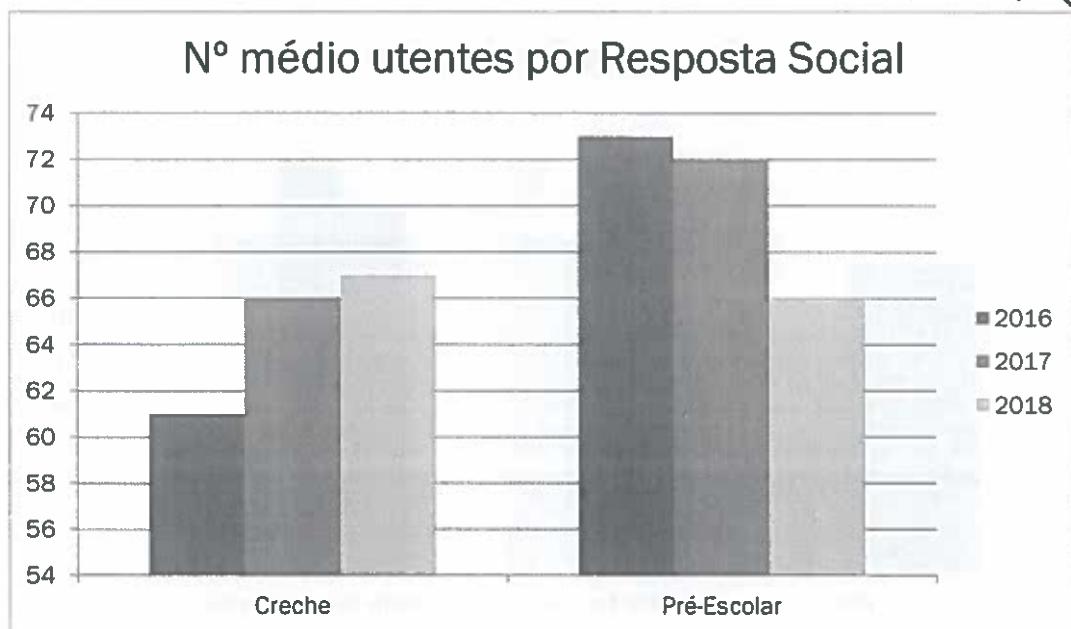


Quando analisamos os dados relativos a 2018 dos utentes por género, verificamos que os utentes com idade superior a 70 anos, são na sua grande maioria, utentes do género feminino.

6. Resposta Social Crianças

A análise ao triénio 2016/2018, verifica-se algumas oscilações durante os anos na entrada e saída de crianças. Na análise ao grupo de crianças, iremos analisar com maior pormenor as respostas sociais Creche e Pré-Escolar.

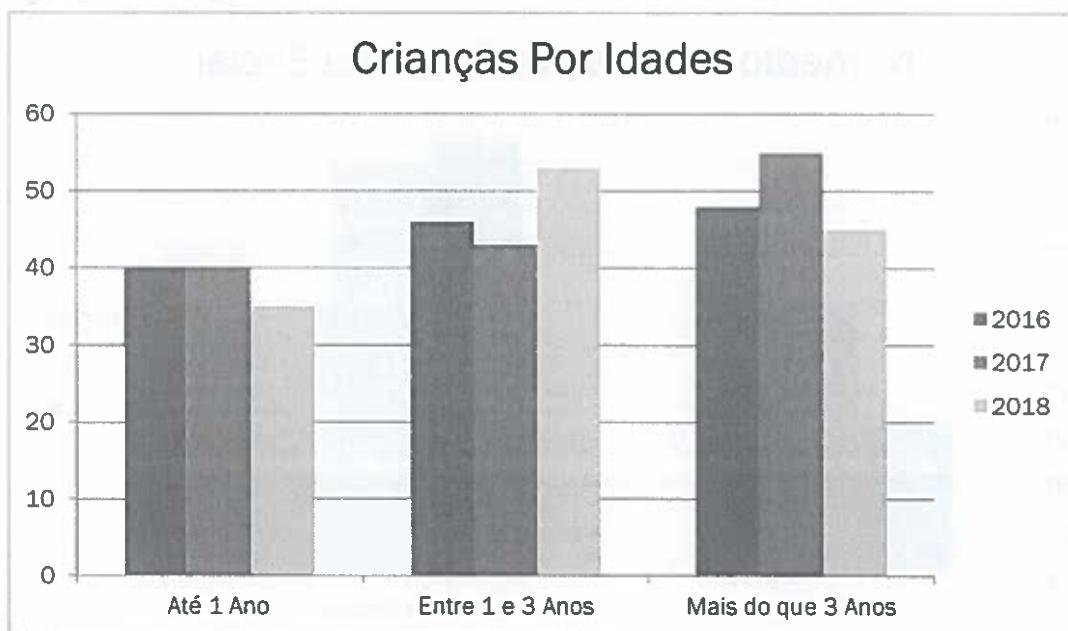
Resposta Social	2016	2017	2018	Variação 2016/2018
Creche	61	66	67	10%
Pré-Escolar	73	72	66	-10%
Total	134	138	133	



Na Resposta Social de Creche, a Instituição tem acordo para 60 crianças e capacidade para 68. Como se pode verificar e através da apresentação do gráfico, a média dos utentes na resposta social Creche tem vindo a aumentar progressivamente, atingindo em 2018 o seu maior valor, de 67 utentes em média.

Quanto à resposta social de Pré-Escolar, verifica-se a mesma situação, temos acordo para 70 crianças e capacidade para 75. Nesta resposta social, apesar de no ano de 2016 e 2017 termos tido o acordo totalmente ocupado, no ano de 2018 verifica-se o contrário, apenas tivemos uma média de 66 utentes, abaixo do valor do acordo com a segurança social de 70 crianças.

Idades por Resposta Social	2016	2017	2018	Variação 2016/2018
Até 1 Ano	40	40	35	-13%
Entre 1 e 3 Anos	46	43	53	15%
Mais que 3 Anos	48	55	45	-6%
Total	134	138	133	-1%

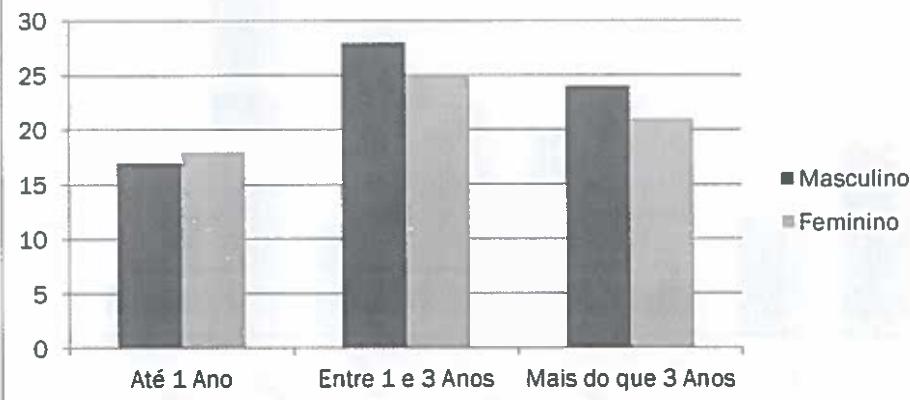


Podemos verificar que de 2016 para 2017, o número de crianças até um ano manteve-se, notando que em 2018 registou uma pequena diminuição, sendo que posteriormente foram admitidos em 2019 novos clientes que completaram a capacidade dos berçários.

Na análise ao número de utentes das respostas sociais Creche e Pré-Escolar verifica-se um decrescimento global face a 2016 de 1%. De notar que, apenas em idades compreendidas entre 1 e 3 anos, é que houve um aumento considerável dos anos de 2016 para 2018.

Idades e Género 2017	M	F
Até 1 Ano	17	18
Entre 1 e 3 Anos	28	25
Mais que 3 Anos	24	21

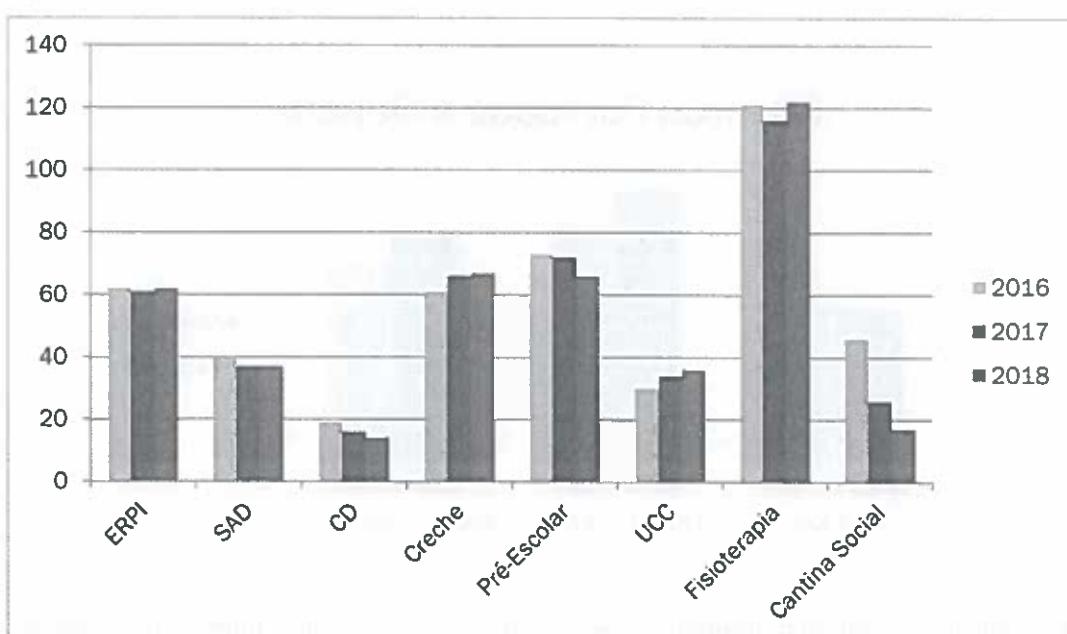
Crianças Por Idade e Género



De notar que, o género masculino é aquele onde se verifica maior número de crianças, quer nas crianças entre 1 e 3 anos, quer nas crianças com mais de 3 anos.

7. Resposta Social Global

Nº médio Utentes por Resposta Social	2016	2017	2018	Variação 2016/2018
<i>ERPI</i>	62	61	62	0%
<i>SAD</i>	40	37	37	-8%
<i>CD</i>	19	16	14	-26%
<i>Creche</i>	61	66	67	10%
<i>Pré-Escolar</i>	73	72	66	-10%
<i>UCC</i>	30	34	36	20%
<i>Fisioterapia</i>	121	116	122	1%
<i>Cantina Social</i>	46	26	17	-63%
<i>Total</i>	452	428	421	-7%



Analizando o triénio 2016 a 2018, verifica-se um decréscimo de 7% no número total de utentes, mais acentuado na resposta social Cantina Social, facto que se deveu à redução do número de refeições protocoladas e no final do ano de 2017 e que se desenvolveu durante o ano todo de 2018, a introdução do Programa Alimentar FEAC que consiste na distribuição de Géneros Alimentares e/ou de Bens de Primeira Necessidade.

A variação negativa da resposta social SAD resulta essencialmente da volatilidade da transferência de utentes entre esta resposta e a unidade de cuidados continuados.

A variação negativa da resposta social CD resulta da admissão de utentes na resposta social ERPI.

Na resposta social Creche e UCC a variação foi positiva, o que mostra que as pessoas procuram a nossa Instituição e que esta é uma referência no nosso Concelho.

Na resposta social Pré-Escolar temos tido uma oscilação, sendo que no ano de 2018 registámos uma diminuição do número de crianças, facto este que pretendemos que se altere no ano de 2019 com o objetivo de melhorarmos ainda mais os nossos serviços e proporcionar uma melhor oferta adequada à procura do nosso meio em que nos inserimos. Contudo, apesar das oscilações do número médio de utentes nas várias respostas sociais, a Santa Casa tem desenvolvido um trabalho notório no serviço à comunidade, apoio aos mais carenciados e na melhoria dos seus serviços proporcionando desta forma uma melhor qualidade de vida aos seus utentes.

8. Sumário Financeiro

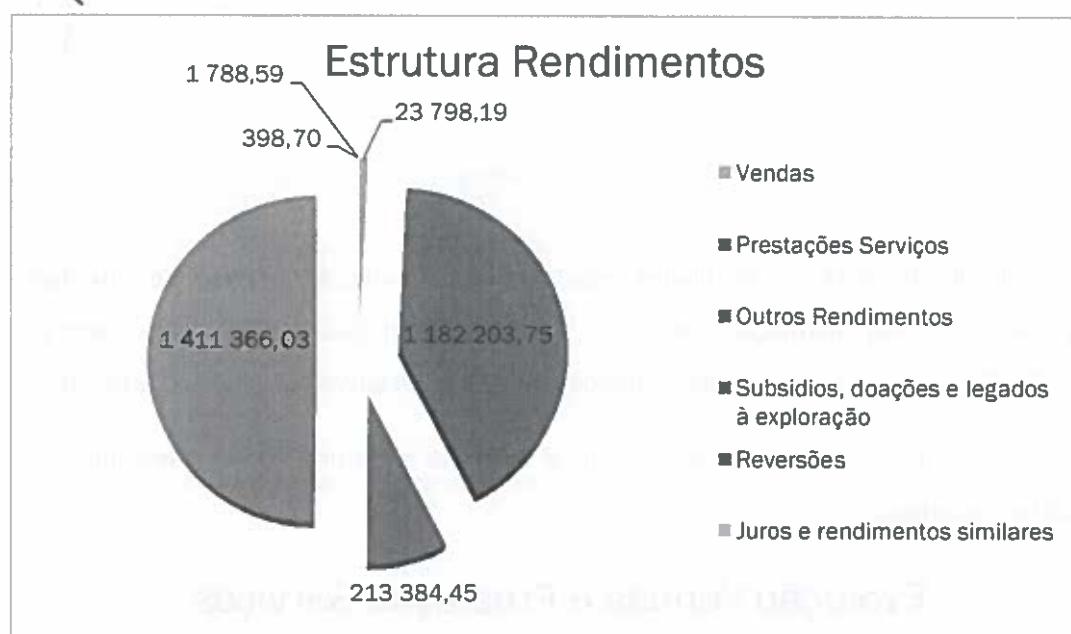
Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2018 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela Instituição. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 1.206.001,94 €, representando uma variação de 11,58% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

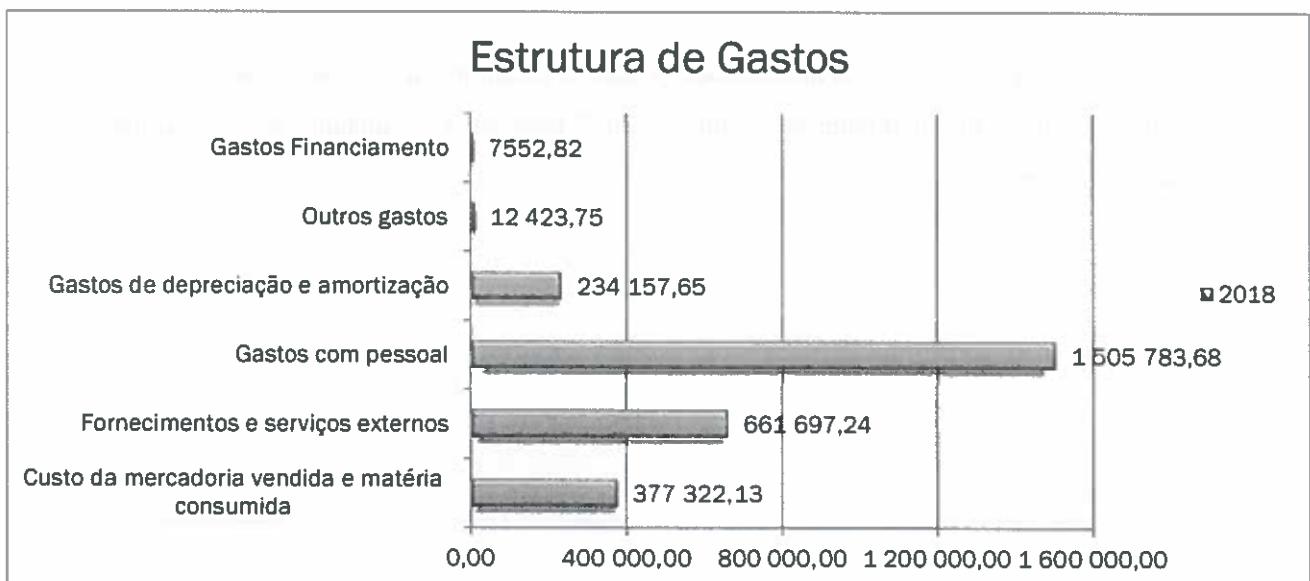


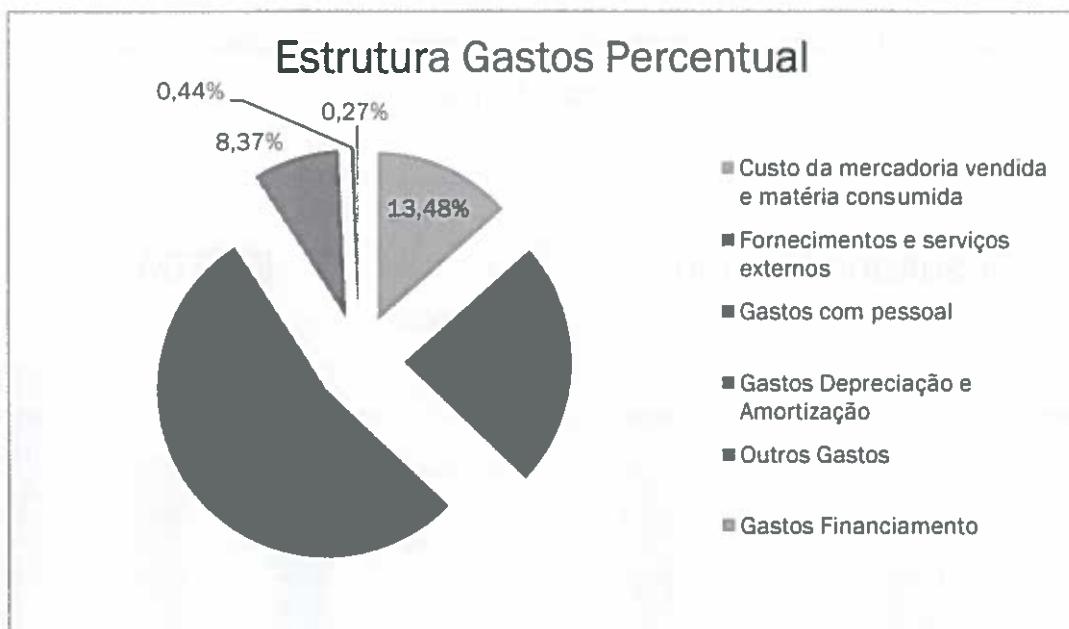
Através do gráfico de barras apresentado podemos concluir que o Volume de Negócios tem aumentado gradualmente sendo que de 2017 para 2018 foi quando se registou um aumento superior.



Quando analisamos a Estrutura de Rendimentos, verificamos que, a fatia com maior peso é a dos Subsídios, doações e legados à Exploração que regista um valor de 1.411.366,03€, representam 49,82% da Estrutura de Rendimentos.

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:





Através dos gráficos acima apresentados, podemos verificar que a rubrica com maior peso é os Gastos com Pessoal, que representa mais de metade da estrutura de gastos.

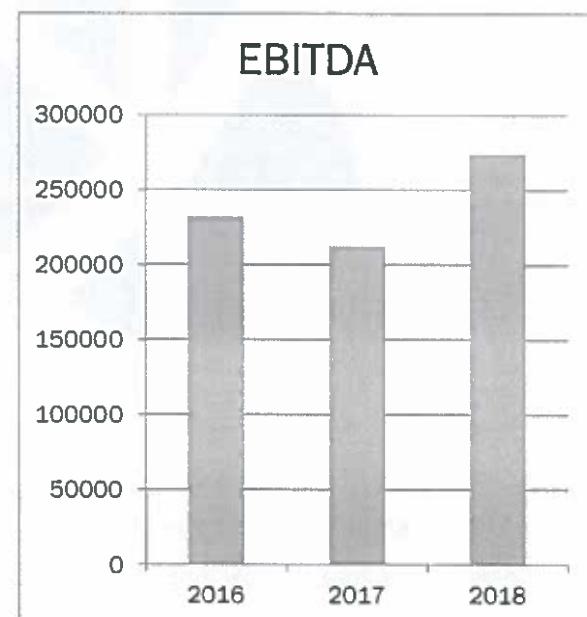
Podemos também verificar que, as rubricas com menos peso na Estrutura de Gastos são os Outros Gastos e os Gastos com Financiamento.

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apesenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

Rubricas	Períodos		
	2018	2017	2016
<i>Gastos com Pessoal</i>	1.505.783,68	1.378.328,57€	1.324.348,94€
<i>Nº médio pessoas</i>	111	105	101
<i>Gasto médio por pessoa</i>	13.565,62€	13.126,94€	13.112,37€

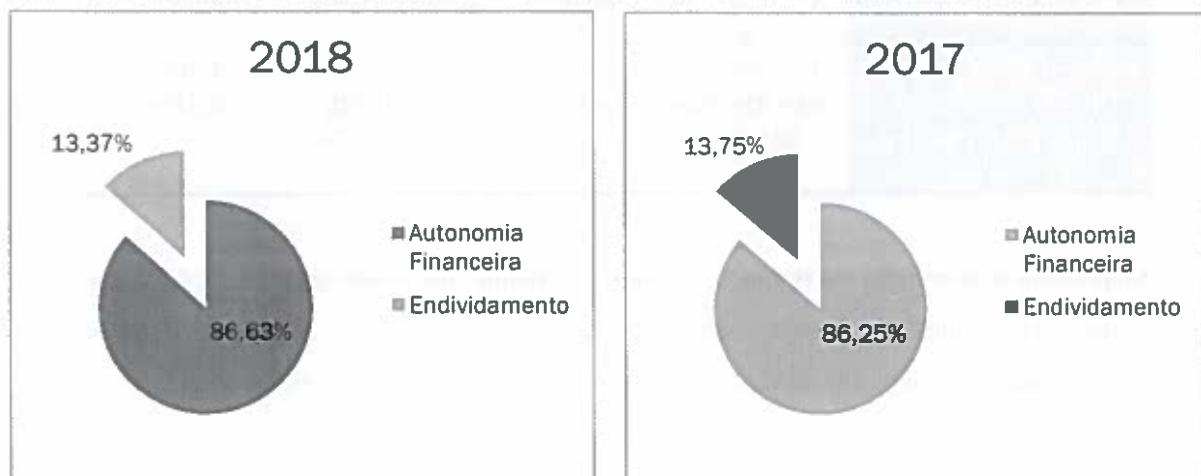
Como podemos analisar, através da tabela representada anteriormente, o Gasto Médio por Pessoa têm vindo a aumentar gradualmente desde 2016. Um dos factores tem sido o aumento do Salário Mínimo Nacional bem como a atualização dos vencimentos nos colaboradores com maior antiguidade na Instituição.

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Apesar de o Resultado Líquido ter descido do ano de 2016 para 2017, o ano de 2018 registou um aumento muito significativo, alcançando um Resultado Líquido no valor de 34.002,44€, fruto do trabalho da Instituição e da atenção na gestão dos seus gastos face aos rendimentos que consegue gerar. Se analisarmos o EBITDA, apesar de ter tido uma ligeira descida de 2016 para 2017, no ano de 2018 este registou o seu maior valor, podemos então constatar que a empresa continua a gerar recursos através da sua actividade operacional.

Em resultado da sua actividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



A Instituição apresenta uma boa autonomia financeira. Podemos constatar que a entidade de 2017 para 2018 aumentou a sua Autonomia Financeira.

Quando ao Endividamento, este baixou consideravelmente na mesma proporção que a subida do Rácio de Autonomia Financeira o que é muito positivo para a Instituição.

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

Rubricas	2018	2017
Ativo Não Corrente	3 536 682,75 €	4.512.479,41€
Ativo Corrente	1 347 063,17 €	665.979,32€
Total Ativo	4 883 745,92 €	5.178.458,73€

Rubricas	2018		2017	
Fundos Patrimoniais	4 230 897,29 €	86,63%	4.466.667,34€	86,25%
Passivo Não Corrente	167 391,67 €	3,43%	227.490,11€	4,40%
Passivo Corrente	485 456,96 €	9,94%	484.301,28€	9,35%
Total FP e Passivo	4 883 745,92 €		5.178.458,73€	

Analisando a Estrutura do Balanço, podemos concluir que relativamente ao Ativo, a Rubrica Ativo Não Corrente é aquela que tem um peso maior. Relativamente aos Fundos Patrimoniais e Passivo, a Rubrica Fundos Patrimoniais é aquela que tem maior peso.

9. Proposta Aplicação de Resultados

A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, no período económico findo em 31 de dezembro de 2018 realizou um resultado líquido positivo de 34.002,44€, que se propõe que seja integralmente transferido para Resultados Transitados.

10. Expectativas Futuras

Cenário Macroeconómico

Num contexto de maturação do ciclo económico, as projeções macroeconómicas do BCE apontam para uma recuperação do crescimento no curto prazo, refletindo a melhoria das condições no mercado de trabalho, balanços mais robustos e uma diminuição gradual dos estímulos de política monetária e orçamental nas principais economias avançadas – nomeadamente nos EUA – bem como da desaceleração da economia chinesa. Tanto para 2019 como para 2020, o FMI prevê que o crescimento global se mantenha nos 3,6% e, posteriormente, deverá diminuir 1% até 2023.

Nas economias avançadas, o crescimento deverá descer para os 2,1% em 2019. Mais concretamente, para os Estados Unidos, é expectável que o crescimento decresça em 2019 e 2020, devido às recentes medidas de comércio anunciadas, bem como ao abrandamento do estímulo fiscal. Também para a área euro e para o Reino Unido é projetável um decréscimo em 2019, sendo que para o primeiro o BCE projeta uma descida do PIB real anual para 1,7% em 2019 e 2020, e 1,5% em 2021, estando relacionado sobretudo com o enfraquecimento gradual do comércio mundial, pela crescente escassez da oferta de mão de obra em alguns países, e pelas condições financeiras ligeiramente menos favoráveis. Quanto ao Reino Unido, a sua política monetária deverá manter-se flexível, em resposta às alterações das condições associadas às negociações do Brexit. Durante os próximos cinco anos, a dívida pública deverá diminuir em grande parte das maiores economias, projetando-se também um crescimento robusto do investimento, em cerca de 5,5%, segundo dados do FMI. Investir em infraestruturas físicas e digitais poderá fomentar o crescimento nas economias avançadas.

Já nas economias emergentes, o crescimento deverá manter-se nos 4,7% até 2019, refletindo o fortalecimento da atividade das economias exportadoras de bens, sendo projetável um crescimento nos países exportadores de petróleo, mas espera-se um decréscimo em economias como a Argentina, Brasil, Irão e Turquia, entre outros, refletindo as condições financeiras mais restritivas e as tensões geopolíticas. Também se prevê uma descida de 0,3% no crescimento das economias emergentes da Ásia, em grande parte devido às medidas comerciais recentemente anunciadas, sendo, ainda assim, expectável que a sua expansão se mantenha.

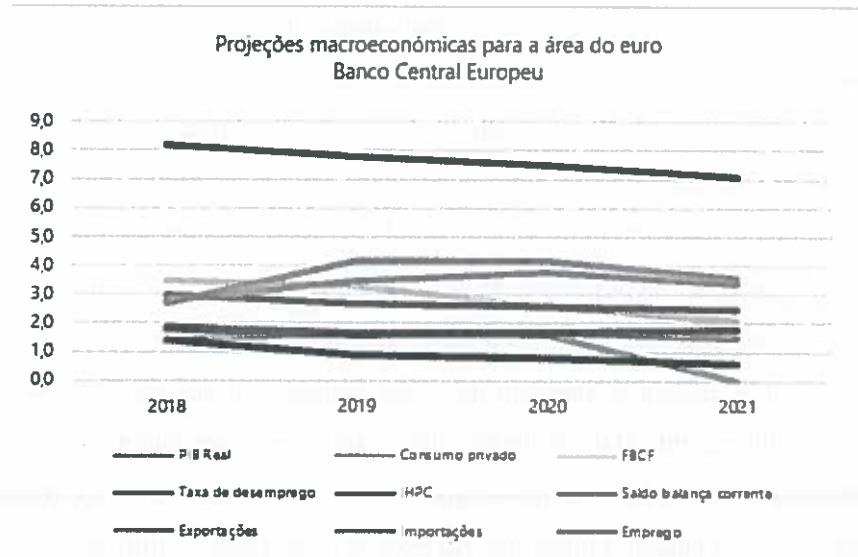
Em relação à taxa de desemprego, segundo o BCE, é expectável que esta desça para 7,1% em 2021, continuando a registar-se uma diminuição do número de desempregados, aproximando-se dos níveis mínimos anteriores à crise financeira, projetando-se também um aumento da remuneração por trabalhador, prevendo-se situar nos 2,7% em 2021. Ainda assim, o crescimento do emprego, entre 2019 e 2020, deverá abrandar substancialmente, devido sobretudo ao aumento da escassez de oferta de mão de obra em alguns países. A expansão da população ativa deverá manter-se, apesar de mais moderada, refletindo os valores líquidos relativos à imigração de trabalhadores e à integração de refugiados. Contudo, espera-se também que estes valores sofram gradualmente com o impacto do envelhecimento da população, que continuará a ser superior à entrada de jovens no mercado de trabalho. Estima-se que até 2035 nos países de baixo rendimento, o número de pessoas a chegar à idade laboral exceda as do resto do mundo em conjunto.

Criar novos empregos que absorvam estas novas entradas será vital para o bem-estar social e político.

Quanto à inflação, na área do euro prevê-se uma diminuição da inflação dos preços dos produtos energéticos e dos preços dos futuros do petróleo bruto, sendo que a inflação homóloga medida pelo IHPC deverá situar-se nos 1,6%, aumentando 1% nos anos seguintes, até 2021. Para os EUA, espera-se que a inflação se situe em torno dos 2,1% até 2020, segundo estimativas do Federal Open Market Committee, um valor ligeiramente acima do objetivo de política monetária da Reserva Federal. No Reino Unido, segundo dados do Banco de Portugal, as projeções são para uma taxa de 2,0%, refletindo o desaparecimento gradual do impacto da depreciação passada da libra que influenciou a evolução da inflação durante o ano de 2017, e a acumulação gradual de pressões internas sobre os preços e os efeitos de alterações de impostos e tarifas de alguns produtos e serviços implementados ao longo deste ano.

Em relação às exportações, o seu crescimento irá atenuar-se em 2019, devido à desaceleração da procura externa. O consumo privado deverá manter-se resiliente, apoiado por condições de financiamento bancário favoráveis. O fornecimento global de petróleo deverá aumentar gradualmente no curto prazo, o que fará baixar os preços do petróleo situando-se, em termos médios anuais, em cerca de 66 USD/barril. No médio prazo, espera-se que o aumento nos preços dos produtos se dissipe, incluindo os preços do petróleo, que se deverão situar nos 60 USD/barril em 2023.

Quanto às administrações públicas, a melhoria global das perspetivas orçamentais é impulsionada, para além da evolução cíclica favorável, pelos pagamentos de juros mais baixos. Para a área do euro, em termos da projeção orçamental, após uma diminuição



significativa em 2018, o BCE prevê um ligeiro aumento durante o corrente ano. Até 2021, o rácio do défice das administrações públicas deverá cair de 1,0% do PIB em 2017 para 0,6%, diminuição que também se espera ocorrer quanto ao rácio agregado da dívida pública, de 86,8% do PIB para 79,0% nos mesmos períodos, continuando, ainda assim, a exceder o valor de referência de 60% do PIB em vários países.

Já no médio prazo, o FMI projeta um abrandamento do crescimento global, sendo expectável um enfraquecimento das condições financeiras, devido à normalização das políticas monetárias. Nos EUA, deverá ser implementado um plano para reverter o aumento da dívida pública, acompanhado de medidas fiscais que impulsionem gradualmente a sua capacidade doméstica, de forma a assegurar uma maior sustentabilidade económica. Na área do euro, o BCE prevê uma continuação da expansão económica, com a diminuição das taxas de juro - implicando uma melhoria das condições de financiamento -, bem como da restritividade da política orçamental, do crescimento do consumo privado e do investimento. Esta expansão irá contribuir para um aumento das exportações e da procura externa. Contudo, existe um risco associado ao ajustamento abrupto nos mercados da dívida soberana, que poderá levar a tensões nos mercados financeiros e, consequentemente, a uma deterioração das condições de financiamento. Uma intensificação dos conflitos no Médio Oriente e em África poderá impulsionar os fluxos migratórios para a Europa, potencialmente aprofundando as divisões políticas. Quanto às economias emergentes, as mesmas devem estar preparadas para um ambiente de maior volatilidade, no seguimento de alguns riscos verificados, bem como o esperado aumento das taxas de juro das economias avançadas. Muitos destes países continuam a lutar contra desafios não económicos, como o aumento das temperaturas, desastres naturais e conflitos internos. Muitos dos países de baixo rendimento continuam a enfrentar riscos substanciais, nomeadamente derivados do enfraquecimento das condições financeiras a nível global e da intensificação das tensões comerciais. Neste sentido, estes países devem tentar tirar proveito do atual ambiente de recuperação do crescimento global. O ambiente de contínua expansão oferece uma janela de oportunidades para políticas e reformas avançadas que possam estender este mesmo ambiente e melhorar o crescimento a médio prazo, enquanto se criam proteções para a próxima recessão, reforçando a resiliência a um meio onde as condições financeiras podem-se restringir de forma imprevista. Neste sentido, muitas das economias

emergentes devem adotar reformas fiscais para garantir a sustentabilidade das suas finanças públicas.

Em resumo, políticas fiscais inclusivas, investimento na educação e garantir o acesso à saúde são uma prioridade, com o intuito de reduzir a desigualdade, sendo também de elevada importância políticas que encorajem a inovação tecnológica e que promovam a participação das forças de trabalho, especialmente a inclusão económica de mulheres e jovens. A interdependência económica é maior do que nunca – através do comércio, finanças, migração e impactos ambientais, por exemplo – e isso torna a cooperação em áreas comuns igualmente importante, incluindo para as economias avançadas. Os países precisam de trabalhar em conjunto, lidando com desafios que se estendem para lá das suas fronteiras, de forma a reduzir os custos comerciais, bem como reforçar a cibersegurança, combater a corrupção e mitigar as alterações climáticas.

Cenário Interno

Segundo o Banco de Portugal, a economia portuguesa enfrenta importantes desafios, como sendo a evolução demográfica - devido à redução da população e ao seu envelhecimento -, o aumento dos níveis de capital por trabalhador e a necessidade de criar um enquadramento conducente a um maior crescimento do investimento, tanto em qualidade como em quantidade, uma vez que durante o recente período recessivo registou-se uma queda acentuada do investimento em Portugal. No médio e longo prazo, Portugal continuará a enfrentar alguns constrangimentos ao crescimento, nomeadamente no respeitante ao investimento, apesar dos progressos realizados nos últimos anos no tocante ao funcionamento dos mercados e à redução do endividamento dos diversos setores da economia. No entanto, no curto prazo e num cenário de subutilização de recursos produtivos, é possível que a atividade económica possa crescer a um ritmo superior ao do produto potencial sem gerar pressões inflacionistas.

Até 2021, no alinhamento das projeções para a área do euro, a economia portuguesa também deverá continuar com a trajetória de crescimento da atividade, embora verificando alguma desaceleração, ligada à fase de maturação do ciclo económico. Neste sentido, o PIB deverá situar-se nos 1,8% em 2019, e descer 1% em cada ano do horizonte de projeção, estimando-se um crescimento médio anual entre os 3,5% e os 4%, em

comparação com os 7,8% registados em 2017. Para este ritmo menos positivo contribuirá a desaceleração das exportações, bem como o aumento das importações, que deverão em 2020 ter uma variação próxima de 5%. Por outro lado, o aumento do turismo poderá contribuir positivamente para o crescimento económico, apesar de apresentar um perfil de desaceleração, prevendo-se que este seja superior à procura externa, que deverá permanecer estável ao longo do horizonte de projeção, aproximando-se do ritmo previsto para o comércio mundial. No final deste intervalo temporal, as exportações em termos reais deverão atingir um crescimento de cerca de 70% face ao nível observado antes da crise financeira, contribuindo em 50% para o valor do PIB desse ano. Ainda no curto prazo, a economia portuguesa deverá manter a sua capacidade líquida de financiamento face ao exterior, à semelhança do observado desde 2012, medida pelo saldo conjunto da balança corrente e de capital, que deverá permanecer estável ao longo do horizonte de projeção, situando-se nos 1,3% até 2020, idêntico à média verificada em 2017, aumentando para 1,6% em 2021.

Até 2020, irá sentir-se uma redução do défice da balança de rendimento primário, refletindo o perfil projetado para os juros da dívida pública - cuja taxa de juro implícita permanecerá ligeiramente abaixo dos 3% no horizonte 2019-2020 - e, por outro lado, o aumento do saldo da balança de capital, em grande parte devido à evolução dos recebimentos de fundos comunitários, o que se traduzirá numa alteração da composição do saldo das balanças correntes e de capital, uma vez que a redução do saldo da balança de bens e serviços será compensada pela evolução das balanças de rendimento primário e de capital.

Esta taxa de juro implícita da dívida pública aponta para uma desaceleração do investimento público, que irá pesar na FBCF, a qual deverá manter uma elasticidade face ao PIB superior à média histórica, esperando-se uma desaceleração de 6,6% em 2019 para 4,9% em 2021, essencialmente devido ao investimento empresarial que, até ao final do horizonte de projeção, deverá ultrapassar o nível registado no início da crise financeira em 2008. Este dinamismo irá ter um peso importante no PIB em 2021 (de 14,3%).

Em relação ao emprego, após ter-se verificado um crescimento muito dinâmico em 2017, estima-se que este continue com essa trajetória, mas de forma menos acentuada. Também na taxa de desemprego se verificará uma continuação da trajetória descendente, apesar de num ritmo mais moderado do que o verificado nos últimos 3 anos, devendo atingir os 5,3% em 2021. Estes resultados irão dever-se essencialmente à evolução positiva do emprego no setor privado, uma vez que se projeta uma desaceleração do emprego público.

Devido ao aumento do salário mínimo em 2018, irá verificar-se, no curto prazo, uma aceleração dos salários e dinamização do emprego, esperando que se retomem aos valores médios históricos ao longo de 2019-2021. No longo prazo, o capital humano deverá permanecer como um fator potencial do crescimento, devendo notar-se um ligeiro aumento da população ativa ao longo do horizonte de projeção, para o qual contribui o gradual aumento da idade da reforma e a continuação do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, que também contribuirá para o aumento da produtividade, fator crucial para um maior crescimento da economia portuguesa.

Voltando ao horizonte de projeção 2019-2021, o aumento dos custos salariais, bem como das margens de lucro, levarão a um ligeiro aumento da inflação, que deverá apresentar um perfil moderadamente ascendente, situando-se em média nos 1,5% (medida pela taxa de variação do IHPC). Ainda assim, esta deverá manter-se abaixo dos valores projetados para a área do euro. Este aumento dos custos salariais, provocará também uma variação positiva no consumo que, ainda assim, deverá registar uma desaceleração até 2021, devido essencialmente ao abrandamento da componente de bens não duradouros, em linha com a evolução do rendimento real disponível.

Por fim, na origem dos principais riscos às atuais projeções encontra-se o enquadramento externo, sendo o aprofundamento de mecanismos que permitam uma coordenação macroeconómica mais eficaz, uma partilha eficiente do risco e uma maior resiliência a choques desfavoráveis, essencial para garantir a estabilidade macroeconómica e as condições para o crescimento económico no futuro.

Evolução previsível da Instituição

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, em que a continuada pressão para o aumento do salário mínimo nacional, com implicações previsíveis na restante massa salarial, a não diminuição do custo de produção, prevê-se que a gestão da Instituição, tenha em equação em matéria de desenvolvimento da sua atividade, a forte pressão por lado dos gastos.

Por outro lado, com a também previsível alteração das políticas sociais, poderá existir também a necessidade de estarmos presentes nos desafios que nos forem colocados pelas

várias áreas de tutela, o que levará, a uma gestão muito criteriosa da Instituição, de forma a manter o equilíbrio económico financeiro.

11. Outras Informações

A Santa Casa da Misericórdia Porto de Mós não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2018.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e a Mesa Administrativa. A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pela Mesa Administrativa assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

12. Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Porto de Mós, 08 de março de 2019

*Helder R.
Nuno Joaquim José Freitas
Ana Paula Freitas
Eduardo Henrique Freitas
Ana Sofia Freitas
Márcia Fernando Correia Freitas*